

Nova etapa da recuperação do Centro Histórico

A revitalização do Pelourinho entra em nova etapa com a autorização da licitação para as obras de recuperação de 25 imóveis destinados ao Programa Habitacional do Servidor Público (PHSP), beneficiando 71 famílias. Ontem, em visita ao Centro Histórico, o governador Paulo Souto autorizou também o início das obras do anexo do Liceu de Artes e Ofício.

O governador ressaltou que a revitalização do Centro Histórico, iniciada em 1993, segue agora com um ritmo mais intenso. "Em uma época em que ainda não se falava na preservação do patrimônio artístico e cultural, a Bahia deu um grande exemplo para o Brasil com o início da revitalização do Pelourinho", afirmou. Souto destacou ainda que o governo do Estado tem atuado em Salvador trazendo para a cidade ações como a

revitalização da orla e a construção de moradias para a população carente do subúrbio.

Na sétima etapa de revitalização, o Pelourinho ganhará 305 novas moradias, com a recuperação de 130 imóveis em oito quarteirões. Em abril, o governador autorizou a recuperação de 21 imóveis, que servirão de moradia para 103 famílias de antigos moradores do Pelourinho, através do Programa Habitacional de Interesse Social (PHIS), do Ministério das Cidades.

Agora, os 25 imóveis que serão restaurados servirão de moradia para 71 famílias, além de abrigar 20 pontos comerciais. As casas estarão prontas em um ano e custarão R\$ 4,5 milhões. Elas serão comercializadas através do PHSP, lançado em 1997 e que já atendeu mais de 12 mil servidores públicos estaduais em todo o Estado.

Podem participar do PHSP os servidores estaduais

que não possuam casa própria, estejam em atividade e sejam efetivos, ocupantes de cargos permanentes, com mais de dois anos de serviço na administração direta, autarquias e fundações.

Os servidores públicos estaduais que atendam aos pré-requisitos de participação no programa têm direito ao crédito habitacional, benefício concedido pelo governo que consiste em financiar até 50% do valor da prestação, proporcional à renda de cada servidor.

Os imóveis estão situados nas ruas Guedes de Brito, 7 de Novembro, 28 de Setembro, Beco do Seminário, 3 de Maio, Monte Alverne e São Francisco. A ação inclui a recuperação da pavimentação e colocação da rede elétrica e de iluminação pública subterrânea. "Através da Conder, o Estado está investindo R\$ 20,1 milhões na recuperação de imóveis históricos do Centro Histórico", disse o presidente da Conder, Mário Gordilho.

FOTO: GERALDO ATAIDE



▲ Reféns da pobreza, muitas famílias arriscam a vida morando em imóveis abandonados

Reforma incluirá sete monumentos

Nessa etapa, estão incluídos sete monumentos históricos: Seminário São Dâmaso, Igreja d'Ajuda, Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco - obras já concluídas - e Casa dos Sete Candeeiros, do anexo do Liceu de Artes e Ofícios e a antiga Casa do Tesouro Estadual, que abrigará o Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira (Muncab).

A intervenção no imóvel anexo ao Liceu de Artes e Ofícios será feita através da Conder pelo Programa Monumenta. No prédio, irão funcionar salas de teatro, dança, música e informática. "O Liceu é mais que uma casa das artes e da cultura, é um espaço de transformação social para os jovens", disse o secretário da Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi.

No ano passado, o Liceu atendeu direta e indiretamente 59 mil pessoas e a expectativa é de que este ano sejam contemplados 85 mil beneficiários. "O nosso plano é recuperar todo o quarteirão que pertence ao Liceu. A partir do momento em que ganharmos mais espaço podemos também atender mais pessoas", disse o superintendente de Relações Institucionais do Liceu, Nelson Issa.

Sem-teto ocupam casarões condenados pela Coordenadoria de Defesa Civil



ODÍLIA MARTINS
Repórter

Medo. Esse é o sentimento constante dos sem-teto que habitam antigos casarões condenados pela Defesa Civil. O órgão não tem o número de desabrigados que estão nesta situação, pois o último levantamento foi feito há nove anos, segundo Francisco Costa, subsecretário da Codesal. Boa parte se concentra no Largo Dois de Julho, Saúde, Taboão e outros bairros do Centro Histórico.

Sem terem para onde ir, os desabrigados se arriscam morando em casarões abandonados. O estado é o pior possível. A ferragem está corroída, o reboco solta e cai sobre as calçadas, representando perigo até para quem passa. Um exemplo é o Edifício Imperial, no nº 57 da Rua do Taboão, onde resi-

dem mais de 20 famílias nos três andares divididos por madeiras velhas e apodrecidas pela água da chuva. Por fora, as paredes apresentam rachaduras com dois dedos de espacamento.

A catadora de papelão Noemia Maria dos Santos, que mora no primeiro andar, diz que o pânico de morrer soterrada é diário, não apenas quando chove. "Quando faz sol, eu sinto medo do mesmo jeito. Entrego a vida da minha família a Deus, pois nós estamos esquecidos".

"UMA CACHOEIRA"

Há cinco anos no prédio, Noemia disse que os funcionários da Codesal já estiveram lá diversas vezes, avisando do risco e convidando-a a receber o auxílio-moradia de R\$100 por mês. "Um quilo de papelão, que eu consigo por aqui, é R\$ 0,10. Num dia, dá R\$ 2. O auxílio é só durante três meses. Nesse tempo, como vou completar o aluguel, se não acho casa de R\$ 100?".

O prédio não tem estrutura

nenhuma para moradia. Sem rede de esgoto, água encanada e energia elétrica, o modo de sobrevivência é precário. As fezes e a urina são guardadas em um vasilhame e jogadas fora no final do dia. "Para fazer comida, cozinho com álcool", contou a catadora Noemia Maria.

Recentemente, a parede do telhado da oficina de sapato do Rapidão Baiano desabou de madrugada. Os vizinhos do Edifício Imperial acordaram apavorados com o barulho. "Todo mundo desceu correndo, a zorra era tão próxima que parecia ser no nosso prédio. Dei muito medo.

Peguei meu filho de um ano e saí correndo", narrou a babá Marlúcia Néri dos Santos, de 23 anos, que mora no terceiro andar do Imperial.

A desempregada Selma da Silva, de 31 anos, que também reside no terceiro andar, acrescentou: "Quando chove, fica parecendo uma cachoeira. Já perdi estante, fogão e sofá por causa da água da chuva apodrecendo tudo.

Encontro discute moradia popular

RAIANE VERÍSSIMO
Repórter



O Ministério das Cidades liberou R\$ 70 milhões para os programas de habitação de interesse social na Bahia. Para discutir como será aplicada a verba, que atenderá 6.950 famílias em sete municípios baianos (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Ilhéus, Valença, Itabuna e Camamu), Salvador está sediando o 10º Encontro Nacional por Moradia Popular, que foi aberto ontem à noite na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, no Canela.

Com o tema "Desafios para a Construção do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social", o evento se estenderá até sábado na Universidade Católica do Salvador, na Avenida Cardeal da Silva, Federação. A promoção é da União Nacional por Moradia Popular

(UNMP), que trouxe a Salvador representantes de 19 estados. O encontro reúne cerca de 700 delegados, que vão discutir a construção do sistema nacional de habitação de interesse social. "Cada Estado, cada município no Brasil tem que constituir um fundo e um conselho de habitação para gerir a verba liberada pelo governo federal. Daí a importância deste evento", explica o coordenador da UNMP na Bahia, Sérgio Bulcão.

Representantes do Ministério das Cidades estão presentes, como a secretária nacional de Programas Urbanos, Raquel Roinik, e a secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, além da secretária municipal de Habitação, Angela Gordilho, do coordenador nacional do Fórum da Reforma Urbana, Orlando Jr., e do presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Urbana, o deputado federal Zezé Ribeiro (PT-BA), também membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

De acordo com o coordenador da UNMP, Salvador já recebeu R\$ 13,8 milhões, sendo R\$ 3,8 milhões a parte a ser investida pelo governo do Estado. Uma parte desses recursos será destinada à população de Alagados. "Outros quatro municípios receberam R\$ 10 milhões: Camaçari, Itabuna, Camamu e Valença. Já para Lauro de Freitas, a verba é de R\$ 6,8 milhões, e R\$ 9,5 milhões para Ilhéus", disse Bulcão.

No ano passado, foi aprovada a Lei 11.124/05, que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular, uma grande conquista para as pessoas de baixa renda. "Este ano, o governo federal liberou R\$1 bilhão para habitação de baixa renda. A sanção dessa lei foi uma importante conquista. A UNMP, em conjunto com outras entidades nacionais, desde 1990, está engajada neste processo, para que ele aconteça com a participação e o protagonismo dos movimentos populares de todo o País".

No encontro, os movimentos farão as reflexões, análises e propostas de luta, realizando diversas oficinas, visando prioritariamente à implantação definitiva do sistema, do fundo e do conselho gestor de habitação de moradia popular. "Anteriormente, a verba destinada à moradia popular não passava por nenhuma instância partici-

A responsabilidade é dos proprietários

Entretanto, mesmo estando desocupado, o imóvel tem um dono, e é ele o responsável. Sendo assim, cabe ao proprietário reformar o casarão ou prédio, segundo Francisco Costa, subsecretário da Codesal. "Este dever não é do poder público, e sim do dono. Cabe a nós vistoriar. Quando o risco é iminente, providenciamos o auxílio-moradia".

A regra é a mesma para o imóvel tombado, segundo Eugênio Lins, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

al para que a Justiça tome as medidas cabíveis".

Os moradores do Imperial confirmam que têm recebido diversas vezes a visita dos funcionários da Codesal, que vistoriam áreas e imóveis. Mas eles resistem em sair do local. "O auxílio-moradia é insuficiente para alugar uma casa, e com os bicos que fazemos não dá para completar. O período do auxílio é só durante três meses. E depois desse prazo, o que faremos? Vamos pra onde?", perguntou o pintor desempregado Jorge Luis, de 53 anos.

Sara Almeida, coordenadora de Promoções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, explica como ocorrem os procedimentos: "Em caráter emergencial, é oferecido um auxílio moradia de R\$ 100 mensais durante três meses.

No terceiro mês, recomendamos que a pessoa procure novamente a Codesal para saber se é possível o retorno. Caso contrário, o auxílio é prorrogado por três meses. Exceto em tal circunstância, o caso é passado para a Secretaria de Habitação".

Paulo Souto autorizou também o início das obras do anexo do Liceu de Artes e Ofícios.

O governador ressaltou que a revitalização do Centro Histórico, iniciada em 1993, segue agora com um ritmo mais intenso. "Em uma época em que ainda não se falava na preservação do patrimônio artístico e cultural, a Bahia deu um grande exemplo para o Brasil com o início da revitalização do Pelourinho", afirmou. Souto destacou ainda que o governo do Estado tem atuado em Salvador trazendo para a cidade ações como a

antigos moradores do Pelourinho, através do Programa Habitacional de Interesse Social (PHIS), do Ministério das Cidades.

Agora, os 25 imóveis que serão restaurados servirão de moradia para 71 famílias, além de abrigar 20 pontos comerciais. As casas estarão prontas em um ano e custarão R\$ 4,5 milhões. Elas serão comercializadas através do PHSP, lançado em 1997 e que já atendeu mais de 12 mil servidores públicos estaduais em todo o Estado.

Podem participar do PHSP os servidores estaduais

consiste em financiar até 50% do valor da prestação, proporcional à renda de cada servidor.

Os imóveis estão situados nas ruas Guedes de Brito, 7 de Novembro, 28 de Setembro, Beco do Seminário, 3 de Maio, Monte Alverne e São Francisco. A ação inclui a recuperação da pavimentação e colocação da rede elétrica e de iluminação pública subterrânea. "Através da Conder, o Estado está investindo R\$ 20,1 milhões na recuperação de imóveis históricos do Centro Histórico", disse o presidente da Conder, Mário Gordilho.



▲ Reféns da pobreza, muitas famílias arriscam a vida morando em imóveis abandonados

Reforma incluirá sete monumentos

Nessa etapa, estão incluídos sete monumentos históricos: Seminário São João, Igreja d'Ajuda, Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco - obras já concluídas - e Casa dos Sete Bandeirantes, do anexo do Liceu de Artes e Ofícios e a antiga Casa do Tesouro Estadual, que abrigará o Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira (Muncab).

A intervenção no imóvel anexo ao Liceu de Artes e Ofícios será feita através da Conder pelo Programa Monumenta. No prédio, irão funcionar salas de teatro, dança, música e informática. "O Liceu é mais que uma casa das artes e da cultura, é um espaço de transformação social para os jovens", disse o secretário da Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi.

No ano passado, o Liceu atendeu direta e indiretamente 59 mil pessoas e a expectativa é de que este ano sejam contemplados 85 mil beneficiários. "O nosso plano é recuperar todo o quarteirão que pertence ao Liceu. A partir do momento em que ganharmos mais espaço podemos também atender mais pessoas", disse o superintendente de Relações Institucionais do Liceu, Nelson Issa.

Encontro discute moradia popular

RAIANE VERÍSSIMO
Repórter



O Ministério das Cidades liberou R\$ 70 milhões para os programas de habitação de interesse social na Bahia. Para discutir como será aplicada a verba, que atenderá 6.950 famílias em sete municípios baianos (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Ilhéus, Valença, Itabuna e Camamu), Salvador está sediando o 10º Encontro Nacional por Moradia Popular, que foi aberto ontem à noite na auditoria da Universidade Federal da Bahia, no Canela.

Com o tema "Desafios para a Construção do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social", o evento se estenderá até sábado na Universidade Católica do Salvador, na Avenida Cardeal da Silva, Federação. A promoção é da União Nacional por Moradia Popular

(UNMP), que trouxe a Salvador representantes de 19 estados.

O encontro reúne cerca de 700 delegados, que vão discutir a construção do sistema nacional de habitação de interesse social. "Cada Estado, cada município no Brasil tem que constituir um fundo e um conselho de habitação para gerir a verba liberada pelo governo federal. Daí a importância deste evento", explica o coordenador da UNMP na Bahia, Sérgio Bulcão.

Representantes do Ministério das Cidades estão presentes, como a secretária nacional de Programas Urbanos, Raquel Rolnik, e a secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, além da secretária municipal de Habitação, Angela Gordilho, do coordenador nacional do Fórum da Reforma Urbana, Orlando Jr., e do presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Urbana, o deputado federal Zezéu Ribeiro (PT-BA), também membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

De acordo com o coordenador da UNMP, Salvador já recebeu R\$ 13,8 milhões, sendo R\$ 3,8 milhões a parte a ser investida pelo governo do Estado. Uma parte desses recursos será destinada à população de Alagados. "Outros quatro municípios receberam R\$ 10 milhões: Camaçari, Itabuna, Camamu e Valença. Já para Lauro de Freitas, a verba é de R\$ 6,8 milhões, e R\$ 9,5 milhões para Ilhéus", disse Bulcão.

No ano passado, foi aprovada a Lei 11.124/05, que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular, uma grande conquista para as pessoas de baixa renda. "Este ano, o governo federal liberou R\$1 bilhão para habitação de baixa renda. A sanção dessa lei foi uma importante conquista. A UNMP, em conjunto com outras entidades nacionais, desde 1990, está engajada neste processo, para que ele aconteça com a participação e o protagonismo dos movimentos populares de todo o País".

No encontro, os movimentos farão as reflexões, análises e propostas de luta, realizando diversas oficinas, visando prioritariamente à implantação definitiva do sistema, do fundo e do conselho gestor de habitação de moradia popular. "Anteriormente, a verba destinada à moradia popular não passava por nenhuma instância participativa, ou seja, o governo federal era quem decidia onde seria investida a verba. Agora, através do Conselho Nacional, a sociedade civil está representada", completa Bulcão.

Sem-teto ocupam casarões condenados pela Coordenadoria de Defesa Civil

ODÍLIA MARTINS
Repórter



Medo. Esse é o sentimento constante dos sem-teto que habitam antigos casarões condenados pela Defesa Civil. O órgão não tem o número de desabrigados que estão nesta situação, pois o último levantamento foi feito há nove anos, segundo Francisco Costa, subsecretário da Codesal. Boa parte se concentra no Largo Dois de Julho, Saúde, Taboão e outros bairros do Centro Histórico.

Sem terem para onde ir, os desabrigados se arriscam morando em casarões abandonados. O estado é o pior possível. A ferragem está corroída, o reboco solta e cai sobre as calçadas, representando perigo até para quem passa. Um exemplo é o Edifício Imperial, no nº 57 da Rua do Taboão, onde resi-

dem mais de 20 famílias nos três andares divididos por madeiras velhas e apodrecidas pela água da chuva. Por fora, as paredes apresentam rachaduras com dois dedos de espacamento.

A catadora de papelão Noemia Maria dos Santos, que mora no primeiro andar, diz que o pânico de morrer soterrada é diário, não apenas quando chove. "Quando faz sol, eu sinto medo do mesmo jeito. Entrego a vida da minha família a Deus, pois nós estamos esquecidos".

"UMA CACHOEIRA"

Há cinco anos no prédio, Noemia disse que os funcionários da Codesal já estiveram lá diversas vezes, avisando do risco e convidando-a a receber o auxílio-moradia de R\$100 por mês. "Um quilo de papelão, que eu consigo por aqui, é R\$ 0,10. Num dia, dá R\$ 2. O auxílio é só durante três meses. Nesse tempo, como vou completar o aluguel, se não acho casa de R\$ 100?".

O prédio não tem estrutura

nenhuma para moradia. Sem rede de esgoto, água encanada e energia elétrica, o modo de sobrevivência é precário. As fezes e a urina são guardadas em um vasilhame e jogadas fora no final do dia. "Para fazer comida, cozinho com álcool", contou a catadora Noemia Maria.

Recentemente, a parede e o telhado da oficina de sapatos Rapidão Baianão desabou de madrugada. Os vizinhos do Edifício Imperial acordaram apavorados com o barulho. "Todo mundo desceu correndo, a zoadada era tão próxima que parecia ser no nosso prédio. Deu muito medo".

"Peguei meu filho de um ano e saí correndo", narrou a babá Marlúcia Néri dos Santos, de 23 anos, que mora no terceiro andar do Imperial.

A desempregada Selma da Silva, de 31 anos, que também reside no terceiro andar, acrescentou: "Quando chove, fica parecendo uma cachoeira. Já perdi estante, fogão e sofá porque a água da chuva apodrece tudo".

A responsabilidade é dos proprietários

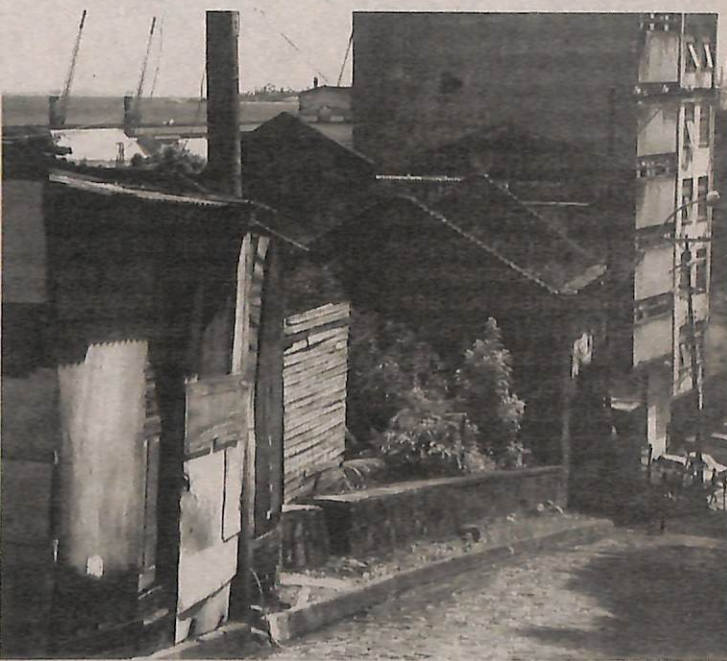
Entretanto, mesmo estando desocupado, o imóvel tem um dono, e é ele o responsável. Sendo assim, cabe ao proprietário reformar o casarão ou prédio, segundo Francisco Costa, subsecretário da Codesal. "Este dever não é do poder público, e sim do dono. Cabe a nós vistoriar. Quando o risco é iminente, providenciamos o auxílio-moradia".

A regra é a mesma para o imóvel tombado, segundo Eugênio Lins, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "O imóvel tombado significa que é um patrimônio que deve ser preservado, o que não isenta da responsabilidade o proprietário. Há, inclusive, casos em que entramos com uma ação judi-

cial para que a Justiça tome as medidas cabíveis".

Os moradores do Imperial confirmam que têm recebido diversas vezes a visita dos funcionários da Codesal, que vistoriam áreas e imóveis. Mas eles resistem em sair do local. "O auxílio-moradia é insuficiente para alugar uma casa, e com os bicos que fazemos não dá para completar. O período do auxílio é só durante três meses. E depois desse prazo, o que faremos? Vamos pra onde?", perguntou o pintor desempregado Jorge Luís, de 53 anos.

FOTO: GERALDO ATAIDE



▲ Moradores recusam auxílio para aluguel de casas